

ERIC HOBSBAWM
SOBRE HISTÓRIA

ERIC HOBSBAWM
SOBRE
HISTÓRIA

Nesta coleção de ensaios, muitos ainda inéditos, Eric Hobsbawm reflete sobre prática e teoria da disciplina que fez sua justa fama como um dos maiores historiadores contemporâneos. Aos muitos anos, autor de livros nascidos clássicos, como a trilogia sobre o século XIX ou a recente obra-prima, *Era dos extremos, o breve século XX (1914-1991)*, Hobsbawm analisa o significado e os compromissos envolvidos na tarefa da escrita da história. Parte de um ponto de vista amplo, que reflete a variedade de seus interesses, a abrangência de sua experiência, a força de suas convicções.

Com a costumeira clareza meridiana do estilo e erudição espantosa mas sempre a propósito, Hobsbawm, em sua reflexão sobre o papel do historiador, acolhe problemas da ordem do dia, como a indefinição das identidades nacionais na Europa e o uso ideológico do discurso histórico naquele contexto; um balanço dos 150 anos do manifesto Comunista; o legado de Marx aos historiadores; as relações entre história e economia; o significado da redução da narrativa histórica a uma variante da narrativa; as modas e vertentes da historiografia contemporânea; a noção de progresso no conhecimento histórico.



ISBN 85-7164-772-0



É nessa situação que o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência a desenvolver engenhosidade intelectual por ela mesma, o auto-isolamento da academia. De fato, ele pode ser vítima dos mesmos perigos, caso se desenvolva um "campo" de erudição engajada suficientemente amplo. Existe neo-escolasticismo marxista suficiente, em campos como a filosofia e a sociologia, para servir de saudável advertência. Não obstante, mecanismos para gerar novas idéias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento o mais poderoso nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento dessas ciências estaria em risco.

10

· O QUE OS HISTORIADORES DEVEM
A KARL MARX?

Os três capítulos seguintes, que introduzem uma seção sobre controvérsias históricas, abordam especificamente o marxismo e a história. Os dois primeiros, separados por um intervalo de quinze anos, são tentativas de avaliar o impacto de Marx sobre os historiadores contemporâneos. O presente capítulo foi escrito inicialmente para o simpósio "O papel de Karl Marx no desenvolvimento do pensamento científico contemporâneo", realizado em Paris em maio de 1968, com patrocínio da UNESCO. Foi incluído no volume final publicado pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais, Marx and Contemporary Scientific Thought/Marx et la pensée scientifique contemporaine (Haia e Paris, 1969), pp. 197-211, em Diogenes, 64, pp. 37-56, e em outras publicações.

O século XIX, a era da civilização burguesa, tem como crédito diversas realizações intelectuais importantes, mas a disciplina acadêmica da história, que cresceu nesse período, não é uma delas. De fato, excetuando-se as técnicas de pesquisa, em tudo ela marcou um nítido recuo em relação aos ensaios freqüentemente mal documentados, especulativos e excessivamente genéricos nos quais os que testemunharam a era mais profundamente revolucionária — a era das revoluções francesa e industrial — tentavam compreender a transformação das sociedades humanas. A história acadêmica, enquanto inspirada pelo ensino e exemplo de Leopold von Ranke e publicada nos periódicos especializados que se desenvolveram na última parte do século, estava correta em se contrapor à generalização baseada em fatos insuficientes, ou respaldada por fatos não confiáveis. Por outro lado, concentrava todos os seus esforços na tarefa de estabelecer os "fatos" e com isso contribuiu pouco para a história, exceto por um conjunto de critérios empíricos para avaliar certos tipos de evidência documental (como, por exemplo, registros manus-

O século XIX
p. 10 História

critos de eventos que envolviam a decisão consciente de indivíduos influentes) e as técnicas auxiliares necessárias a esse intento.

Raramente observava que esses documentos e procedimentos apenas se aplicavam a uma classe limitada de fenômenos históricos, porque aceitava acriticamente certos fenômenos como dignos de estudo especial enquanto outros não. Assim, não se dispunha a concentrar-se na “história de eventos” — de fato, em alguns países ela apresentava um nítido viés institucional — mas sua metodologia se prestava de imediato à narrativa cronológica. De modo algum ela se confinava integralmente à história da política, da guerra e da diplomacia (ou, na versão simplificada mas não atípica ensinada pelos professores, relativa a reis, batalhas e tratados), mas sem dúvida tendia a supor que era essa a estrutura central dos eventos que interessavam ao historiador. Era a história no singular. Quando tratados com erudição e método, outros temas podiam dar origem a várias histórias, qualificadas por epítetos descritivos (constitucional, econômica, eclesiástica, cultural, a história da arte, da ciência ou da filatelia e assim por diante). Seu vínculo com o corpo principal da história era obscuro ou negligenciado, exceto por algumas especulações vagas sobre o *Zeitgeist*, das quais os historiadores profissionais preferiam se abster.

Em termos filosóficos e metodológicos, os historiadores acadêmicos tendiam a demonstrar uma inocência igualmente admirável. É verdade que os resultados dessa inocência coincidiam com o que, nas ciências naturais, era uma metodologia consciente, ainda que controversa, e que podemos, *grosso modo*, chamar de positivismo, embora seja duvidoso que muitos historiadores acadêmicos (fora dos países latinos) soubessem que eram positivistas. Na maior parte dos casos, eram apenas homens que, assim como aceitavam um dado tema (tal como a história político-militar-diplomática) e uma dada área geográfica (a Europa ocidental e central, por exemplo) como a mais importante, também aceitavam, entre outras *idées reçues*, as do pensamento científico popularizado de que, por exemplo, as hipóteses brotam automaticamente do estudo dos “fatos”, a explicação consiste de um conjunto de cadeias de causa e efeito, ou os conceitos de determinismo, evolução e assim por diante. Supunham que, tal como a erudição científica podia estabelecer o texto e sucessão definitivos dos documentos que publicavam em séries de volumes sofisticadas e valiosíssimas, ela também poderia estabelecer a verdade exata da história. A *Cambridge Modern History* de Lord Acton foi um exemplo tardio mas típico de tais crenças.

Mesmo pelos padrões modestos das ciências humanas e sociais do século XIX, a história era, portanto, uma disciplina extremamente — poder-se-ia quase dizer deliberadamente — retrógrada. Suas contribuições ao entendi-

mento da sociedade humana, passada e presente, eram insignificantes e ocasionais. Uma vez que o entendimento da sociedade requer entendimento da história, mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontradas maneiras alternativas e mais produtivas de investigar o passado humano. O tema deste ensaio é a contribuição do marxismo para essa busca.

Um século depois de Ranke, Arnaldo Momigliano resumia as mudanças na historiografia em quatro situações principais:

1. A história política e religiosa havia declinado visivelmente, ao passo que “as histórias nacionais pareciam antiquadas”. Em troca, tinha havido uma notável virada em direção à história socioeconômica.
2. Não era mais comum, ou realmente fácil, utilizar as “idéias” como uma explicação da história.
3. As explicações vigentes agora se davam “em termos de forças sociais”, embora isso levantasse, de uma forma mais aguda que no tempo de Ranke, a questão da relação entre a explicação dos acontecimentos históricos e a explicação das ações individuais.
4. Tornava-se agora (1954) difícil falar em progresso ou mesmo em desenvolvimento significativo dos acontecimentos em uma certa direção.¹

A última das observações de Momigliano — e o citamos mais como repórter da situação da historiografia que como analista — talvez fosse mais esperada nos anos 50 que em décadas anteriores ou posteriores, mas as outras três representam claramente tendências muito antigas e consolidadas no movimento anti-rankeano na história. Em 1910,² já se notava que, a partir da metade do século XIX, havia se tentado sistematicamente introduzir um referencial materialista no lugar de seu referencial idealista, levando assim a um declínio da história política e à ascensão da história “econômica ou sociológica”: sem dúvida, sob o estímulo cada vez mais premente do “problema social” que “dominava” a historiografia na segunda metade daquele século.³ Evidentemente, foi preciso mais tempo para conquistar as fortalezas universitárias das faculdades e cursos de arquivos do que supunham os entusiasmados enciclopedistas. Até 1914, as forças de ataque haviam ocupado pouco mais que os postos remotos da “história econômica” e da sociologia de orientação histórica, e os defensores apenas foram forçados a uma retirada plena — embora de modo algum derrotados — depois da Segunda Guerra Mundial.⁴ Não obstante, o caráter geral e o sucesso do movimento anti-rankeano são indiscutíveis.

A questão imediata diante de nós é até que ponto essa nova orientação foi devida à influência marxista. Uma segunda pergunta é em que sentido a influência marxista continua a contribuir para ela.

o marxismo

Sem dúvida alguma, a influência do marxismo foi, desde o início, muito considerável. Em termos gerais, a única outra escola ou corrente de pensamento, visando à reconstrução da história e dotada de influência no século XIX, era o positivismo (grafado ou não com maiúscula inicial). O positivismo, filho tardio do Iluminismo do século XVIII, não conseguiria conquistar nossa admiração irrestrita no século XIX. Sua maior contribuição à história foi a introdução de conceitos, métodos e modelos das ciências naturais na investigação social, e a aplicação à história, conforme parecessem adequadas, das descobertas nas ciências naturais. Não foram realizações insignificantes, mas eram limitadas, ainda mais porque a coisa mais parecida com um modelo de mudança histórica, uma teoria da evolução nos moldes da biologia ou geologia, e extraindo tanto estímulo e exemplo do darwinismo a partir de 1859, é apenas um guia muito tosco e inadequado para a história. Conseqüentemente, foram poucos os historiadores inspirados por Comte ou Spencer, e, como Buckle ou mesmo os grandes Taine ou Lamprecht, sua influência na historiografia foi limitada e passageira. A fragilidade do positivismo (ou Positivismo) era que, a despeito da convicção de Comte de que a sociologia era a mais elevada das ciências, tinha pouco a dizer sobre os fenômenos que caracterizam a sociedade humana, em comparação àqueles que poderiam ser diretamente derivados da influência de fatores não sociais, ou modelados pelas ciências naturais. As concepções que ele apresentava sobre o caráter humano da história eram especulativas, quando não metafísicas.

Por conseguinte, o principal ímpeto para a transformação da história veio das ciências sociais historicamente orientadas (por exemplo, a “escola histórica” alemã na economia), mas principalmente de Marx, cuja influência foi reconhecida a ponto de lhe ser dado crédito para realizações que nem ele próprio pretendia ter originado. O materialismo histórico foi habitualmente definido — às vezes até por marxistas — como “determinismo econômico”. Além de rejeitar inteiramente a expressão, Marx certamente teria também negado ser ele o primeiro a ressaltar a importância da base econômica do desenvolvimento histórico, ou a escrever a história da humanidade como a de uma sucessão de sistemas socioeconômicos. Certamente renunciou à originalidade na introdução do conceito de classe e luta de classes na história, mas em vão. “Marx ha introdotta nella storiografia il concetto di classe”, escrevia a *Enciclopedia Italiana*.

Não é objetivo deste ensaio definir a contribuição específica da influência marxista na transformação da historiografia moderna. Evidentemente ela diferiu de um país para outro. Dessa forma, na França, foi relativamente pequena, pelo menos até depois da Segunda Guerra Mundial, devido à penetração notadamente lenta e tardia das idéias marxistas em qualquer setor da

vida intelectual daquele país.⁵ Embora as influências marxistas, já nos anos 20, tivessem penetrado até certo ponto o campo altamente político da historiografia da Revolução Francesa — mas, como mostra a obra de Jaurès e Georges Lefebvre, associadas com idéias derivadas das tradições do pensamento nativo —, a principal reorientação dos historiadores franceses foi conduzida pela escola dos *Annales*, que certamente não precisou que Marx chamasse sua atenção para as dimensões econômicas e sociais da história. (Porém, a identificação popular do interesse nessas matérias no marxismo é tão forte que o *Times Literary Supplement* ainda recentemente⁶ pôs Fernand Braudel sob influência de Marx.) Inversamente, existem países na Ásia e América Latina nos quais a transformação, quando não a criação, da historiografia moderna quase pode ser identificada à penetração do marxismo. Desde que se aceite que, em termos globais, a influência foi considerável, não precisamos levar o assunto mais longe no presente contexto.

Levantamos a questão não tanto para demonstrar que a influência marxista desempenhou um papel importante na modernização da historiografia quanto para ilustrar uma grande dificuldade na determinação de sua contribuição exata. Isso porque, como vimos, a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas idéias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chamaremos a esse tipo de influência de “marxista vulgar”, e o problema central da análise é separar o componente marxista vulgar do componente marxista na análise histórica.

Tomemos alguns exemplos. Parece claro que o “marxismo vulgar” abrangia principalmente os seguintes elementos:

1. A “interpretação econômica da história”, ou seja, a crença de que “o fator econômico é o fator fundamental do qual dependem os demais” (para usar a frase de R. Stammler); e, mais especificamente, do qual dependiam fenômenos até então não considerados com muita relação com questões econômicas. Nesse sentido essa interpretação se superpunha ao
2. Modelo da “base e superestrutura” (utilizado mais amplamente para explicar a história das idéias). A despeito das próprias advertências de Marx e Engels e das observações sofisticadas de alguns marxistas iniciais como Labriola, esse modelo era usualmente interpretado como uma simples relação de dominância e dependência entre a “base econômica” e a “superestrutura”, na maioria das vezes mediada pelo
3. “Interesse de classe e a luta de classes”. Tem-se a impressão de que diversos historiadores marxistas vulgares não liam muito além da primeira página do

Manifesto Comunista, e da frase: “a história [escrita] de todas as sociedades até agora existentes é a história das lutas de classes”.

4. “Leis históricas e inevitabilidade histórica.” Acreditava-se, acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalização sobre os movimentos de longo prazo. Daí a constante preocupação nos escritos históricos dos primeiros marxistas com problemas como o papel do indivíduo ou do acidente na história. Por outro lado, isso podia ser — e em grande parte era — interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como, por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história.
5. Temas específicos de investigações históricas derivavam dos próprios interesses de Marx, por exemplo, na história do desenvolvimento capitalista e da industrialização, mas também, por vezes, de comentários mais ou menos casuais.
6. Temas específicos de investigação não derivavam tanto de Marx quanto do interesse dos movimentos associados a sua teoria, por exemplo, nas agitações das classes oprimidas (camponeses, operários), ou nas revoluções.
7. Várias observações sobre a natureza e limites da historiografia derivavam principalmente do elemento número 2 e serviam para explicar as motivações e métodos de historiadores que afirmavam não estarem fazendo mais que a busca imparcial da verdade e se orgulhavam de simplesmente estabelecer *wie es eigentlich gewesen*.

Desde logo ficará evidente que isso representava, na melhor das hipóteses, uma seleção das concepções de Marx sobre a história e, na pior (como tantas vezes aconteceu com Kautsky), uma assimilação das mesmas a concepções contemporâneas não marxistas — por exemplo, as evolucionistas e positivistas. Ficarão também evidente que alguns desses elementos absolutamente não representavam Marx, mas o tipo de interesses naturalmente desenvolvido por qualquer historiador associado aos movimentos populares, operários e revolucionários, e que teria sido desenvolvido mesmo sem a intervenção de Marx, tais como, por exemplo, uma preocupação com casos anteriores de luta social e ideologia socialista. Assim, no caso da monografia inicial de Kautsky sobre Thomas More, não há nada de particularmente marxista quanto à escolha do objeto e sua abordagem é marxista vulgar.

Entretanto, essa seleção de elementos do marxismo, ou associados ao mesmo, não foi arbitrária. Os itens 1 a 4 e 7, no levantamento sumário do marxismo vulgar realizado acima, representavam cargas concentradas de explosivo intelectual, destinadas a detonar componentes cruciais das fortificações da história tradicional e, como tal, eram imensamente poderosas —

talvez mais poderosas do que teriam sido versões menos simplificadas do materialismo histórico, e certamente poderosas o bastante em sua capacidade de iluminar lugares até então obscuros, de manter os historiadores satisfeitos por um período considerável. É difícil resgatar a admiração sentida por um cientista social inteligente e culto ao final do século XIX, ao se deparar com as seguintes observações marxistas sobre o passado: “que a própria Reforma é atribuída a uma causa econômica, que a duração da Guerra dos Trinta Anos se devia a causas econômicas, as Cruzadas à fome feudal por terras, a evolução da família a causas econômicas, e que a concepção de Descartes sobre os animais como máquinas pode ser relacionada com o crescimento do sistema da manufatura”.⁷ Entretanto, aqueles dentre nós que se lembram dos primeiros encontros com o materialismo histórico podem ainda testemunhar a imensa força liberadora dessas simples descobertas.

No entanto, se isso era assim natural, e talvez necessário, para o impacto inicial do marxismo assumir uma forma simplificada, a escolha efetiva de elementos de Marx também representava uma escolha histórica. Dessa forma, algumas observações feitas por Marx no *Capital* sobre a relação entre o protestantismo e o capitalismo foram imensamente influentes, provavelmente porque o problema da base social da ideologia em geral, e da natureza das ortodoxias religiosas em particular, era um tema de interesse imediato.⁸ Por outro lado, algumas das obras em que o próprio Marx chegava mais próximo de escrever como historiador, tal como o magnífico *O 18 Brumário*, não estimularam os historiadores senão muito mais tarde, ao que se presume, porque os problemas que tais obras mais esclareciam, digamos, da consciência de classe e do campesinato, pareciam de interesse menos imediato.

O grosso do que consideramos como a influência marxista sobre a historiografia certamente foi marxista vulgar no sentido acima descrito. Consiste na ênfase geral sobre os fatores econômicos e sociais na história, dominante a partir do fim da Segunda Guerra Mundial apenas em uma minoria de países (por exemplo, até recentemente, a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos), e que continua a ganhar terreno. Devemos repetir que essa tendência, embora sem dúvida produto da influência marxista, não tem nenhuma ligação com o pensamento de Marx.

O grande impacto que as idéias específicas de Marx tiveram na história e nas ciências sociais em geral é, quase certamente, o da teoria da “base e superestrutura”, ou seja, o seu modelo de uma sociedade composta de diferentes “níveis” em interação. A hierarquia de níveis ou o modo de sua interação na concepção de Marx (na medida em que este tenha fornecido uma)⁹ não precisa ser aceita para que o modelo geral seja válido. Na verdade, ela recebeu acolhida ampla e favorável, mesmo entre não-marxistas, como uma con-

A influência de Marx

As Ciências Sociais e a História
A História

tribuição valiosa. O modelo específico de desenvolvimento histórico de Marx — inclusive o papel dos conflitos de classe, a sucessão de formações socioeconômicas e o mecanismo de transição de uma para outra — continuou sendo muito mais controverso, mesmo entre os marxistas, em determinados casos. É correto que o modelo deva ser debatido e, em particular, que os critérios usuais de verificação histórica sejam aplicados ao mesmo. É inevitável que certas partes, baseadas em evidência insuficiente ou enganosa, devam ser abandonadas, como, por exemplo, no campo do estudo das sociedades orientais, onde Marx combina uma visão profunda com suposições equivocadas sobre, digamos, a estabilidade interna de tais sociedades. Apesar disso, o argumento central deste ensaio é o de que o valor principal de Marx para os historiadores hoje reside em suas proposições sobre a história, enquanto distintas de suas proposições sobre a sociedade em geral.

A influência marxista (e marxista vulgar) até agora mais eficaz é parte de uma tendência geral de transformar a história em uma das ciências sociais, uma tendência a que alguns resistem com maior ou menor sofisticação, mas que indiscutivelmente tem sido a tendência em vigor no século XX. A principal contribuição do marxismo a essa tendência no passado foi a crítica do positivismo, ou seja, das tentativas de assimilar o estudo das ciências sociais ao das ciências naturais, ou assimilar o humano ao não-humano. Ela implica o reconhecimento de que as sociedades são sistemas de relações entre seres humanos, das quais as mantidas com a finalidade de produção e reprodução são primordiais para Marx. Implica também a análise da estrutura e funcionamento desses sistemas como entidades que mantêm a si mesmas, em suas relações tanto com o ambiente exterior — não-humano e humano — quanto em suas relações internas. O marxismo está longe de ser a única teoria estrutural-funcionalista da sociedade, embora possa ser, a justo título, considerada a primeira delas, mas difere da maioria das outras em dois aspectos. Insiste, em primeiro lugar, em uma hierarquia dos fenômenos sociais (tais como “base” e “superestrutura”) e, em segundo, na existência no interior de toda sociedade de tensões internas (“contradições”) que contrabalançam a tendência do sistema a se manter como um interesse vigente.¹⁰

A importância dessas peculiaridades do marxismo se encontra no campo da história, pois são elas que lhe permitem explicar — ao contrário de outros modelos estruturais-funcionais de sociedade — por que e como as sociedades mudam e se transformam: em outras palavras, os fatos da evolução social.¹¹ A imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras

palavras, em sua dinâmica interna de mudança. Hoje, quando a existência de sistemas sociais é geralmente aceita, mas à custa de sua análise a-histórica, quando não anti-histórica, a ênfase de Marx na história como dimensão necessária talvez seja mais essencial do que nunca.

Isso implica duas críticas específicas de teorias hoje em vigor nas ciências sociais.

A primeira é a crítica do mecanismo que domina grande parte das ciências sociais, principalmente nos Estados Unidos, e que extrai sua força tanto da notável fecundidade de modelos mecânicos matemáticos sofisticados na atual fase do avanço científico, quanto da busca de métodos de realização de mudança social que não implique revolução social. Talvez se possa acrescentar que a riqueza do dinheiro e de determinadas tecnologias novas adequadas ao uso no campo social, agora disponíveis nos mais ricos dos países industriais, torna esse tipo de “engenharia social” e as teorias nas quais se baseia muito atraentes em tais países. Essas teorias são, essencialmente, exercícios de “solução de problemas”. Em termos teóricos, são extremamente primitivas, talvez mais grosseiras que a maioria de suas congêneres do século XIX. Dessa forma, muitos cientistas sociais, conscientemente ou *de facto*, reduzem o processo histórico a uma única mudança da sociedade “tradicional” para a “moderna” ou “industrial”, sendo “moderna” definida em termos dos países industriais avançados, ou mesmo dos EUA da metade do século XX, e “tradicional” como a que carece de “modernidade”. Operacionalmente, essa enorme etapa única pode ser subdividida em etapas menores, tais como as Etapas de Crescimento Econômico de Rostow. Esses modelos eliminam a maior parte da história para se concentrarem em um de seus pequenos períodos, ainda que reconhecidamente crucial, e grosseiramente exagerarem a simplicidade dos mecanismos de mudança histórica mesmo com essa pequena faixa temporal. Afetam os historiadores principalmente porque a amplitude e o prestígio das ciências sociais que desenvolvem tais modelos encorajam os pesquisadores históricos a embarcarem em projetos influenciados pelos mesmos. É óbvio, ou deveria ser, que não podem propiciar nenhum modelo adequado de mudança histórica, mas sua atual popularidade faz com que seja importante que os marxistas constantemente nos lembrem disso.

A segunda é a crítica das teorias estruturais-funcionais que, conquanto infinitamente mais sofisticadas, são em certos aspectos ainda mais estereis na medida em que podem negar inteiramente a historicidade ou transformá-la em outra coisa diferente. Tais concepções são até mais influentes na esfera de influência do marxismo, porque parecem propiciar um meio de libertá-lo do evolucionismo característico do século XIX, com o qual muitas vezes se articulava, embora à custa de libertá-lo também do conceito de “progresso”,

característico também do pensamento do século XIX, inclusive de Marx. Mas por que desejaríamos assim fazer?¹² O próprio Marx certamente não desejaria fazê-lo: dispunha-se a dedicar o segundo volume do *Capital* a Darwin, e dificilmente teria discordado da famosa frase de Engels em seu túmulo, que o louvava pela descoberta da lei da evolução na história humana, tal como Darwin havia feito na natureza orgânica. (Certamente não teria desejado dissociar o progresso da evolução e, na verdade, acusou especificamente Darwin por converter o primeiro em mero subproduto acidental da segunda.)¹³

A questão fundamental em história implica a descoberta de um mecanismo tanto para a diferenciação dos vários grupos sociais humanos quanto para a transformação de um tipo de sociedade em outro, ou para sua não-transformação. Em certos aspectos, considerados cruciais pelos marxistas e pelo senso comum, tais como o controle do homem sobre a natureza, certamente implica mudança ou progresso unidirecionais, pelo menos por um lapso temporal suficientemente longo. Na medida em que não supomos que os mecanismos de tal desenvolvimento social são os mesmos ou similares aos da evolução biológica, parece não haver justificativa para não aplicar a ele o termo “evolução”.

Naturalmente o argumento é mais que terminológico. Oculta dois tipos de desacordo: quanto ao juízo de valor em diferentes tipos de sociedades, ou, em outras palavras, a possibilidade de classificá-las em algum tipo de ordem hierárquica, e quanto aos mecanismos de mudança. Os estruturais-funcionalistas tenderam a se esquivar de classificar as sociedades em “superiores” e “inferiores”, em parte por causa da saudável recusa dos antropólogos sociais em admitir o direito dos “civilizados” de governarem os “bárbaros” em função de sua suposta superioridade na evolução social, e em parte porque, pelos critérios formais de função, não há de fato nenhuma hierarquia dessa ordem. Os esquimós solucionam os problemas de sua existência enquanto grupo social¹⁴ com tanto sucesso, à sua própria maneira, quanto os habitantes brancos do Alasca — com mais sucesso, alguns ficariam tentados a dizer. Sob certas condições e segundo certas premissas, o pensamento mágico pode ser tão lógico a seu próprio modo quanto o pensamento científico e igualmente adequado ao seu propósito. E assim por diante.

Essas observações são válidas, embora não sejam muito úteis na medida em que o historiador, ou qualquer outro cientista social, deseja explicar o conteúdo específico de um sistema em lugar de sua estrutura geral.¹⁵ Mas, em todo caso, são irrelevantes para a questão da mudança evolutiva, se não, de fato, tautológicas. As sociedades humanas, se pretendem perdurar, devem ser capazes de se administrarem com sucesso, e, por isso, todas as sociedades existentes devem ser funcionalmente adequadas; se não, teriam se tornado

extintas, como aconteceu com os Shakers, por carecerem de um sistema de procriação sexual ou recrutamento externo. Comparar sociedades com respeito ao sistema de relações internas entre seus membros é inevitavelmente comparar igual com igual. É quando as comparamos em relação a sua capacidade de controlar a natureza exterior que as diferenças saltam ao olhar.

O segundo desacordo é mais fundamental. A maioria das versões de análise estrutural-funcional são sincrônicas, e quanto mais elaboradas e sofisticadas, mais se confinam à estática social, na qual, se o objeto interessa ao pensador, algum elemento dinamizador precisa ser introduzido.¹⁶ Se isso pode ser feito satisfatoriamente é uma questão discutível mesmo entre os estruturalistas. Parece amplamente aceito que *a mesma análise* não pode ser utilizada para explicar ao mesmo tempo a função e a mudança históricas. Não se trata aqui de que seja ilegítimo desenvolver modelos de análise distintos para a estática e para a dinâmica, tais como os esquemas de Marx para a reprodução simples e a reprodução ampliada, mas de que a investigação histórica faz com que seja desejável que esses modelos distintos sejam vinculados. O caminho mais simples para o estruturalista é omitir a mudança, e deixar a história para alguém mais, ou ainda, como alguns dos primeiros antropólogos sociais ingleses, virtualmente negar sua relevância. Entretanto, uma vez que ela existe, o estruturalismo deve descobrir maneiras de explicá-la.

Essas maneiras, suponho, ou devem trazê-lo para mais perto do marxismo, ou levar a uma negação da mudança evolutiva. A abordagem de Lévi-Strauss (e a de Althusser) parece-me estar no segundo caso. A mudança histórica se torna simplesmente a permutação e combinação de certos “elementos” (para citar Lévi-Strauss, análogos ao genes na genética) que, no prazo suficientemente longo, devem supostamente se combinar em padrões distintos e, se suficientemente limitados, esgotar as combinações possíveis.¹⁷ A história é, por assim dizer, o processo de repassar todas as alternativas de xeque no jogo de xadrez. Mas em que ordem? A teoria não nos oferece nenhuma orientação.

Entretanto, é precisamente esse o problema específico da evolução histórica. É certamente verdade que Marx levou em consideração semelhante combinação e recombinação de elementos ou “formas”, como salienta Althusser, e, nesse aspecto como em outros, era um estruturalista *avant la lettre*; ou mais precisamente, um pensador de quem um Lévi-Strauss (segundo ele mesmo admite) poderia, pelo menos em parte, emprestar o termo.¹⁸ É importante que nos lembremos de um aspecto do pensamento de Marx sem dúvida negligenciado pela tradição inicial do marxismo, com poucas exceções (entre as quais, curiosamente, devem ser enumerados certos desenvolvimentos do marxismo soviético no período stalinista, embora não estives-

sem plenamente conscientes das implicações do que estavam fazendo). É ainda mais importante nos lembrar de que a análise dos elementos e suas possíveis combinações propicia (como na genética) um controle salutar sobre as teorias evolucionistas, mediante o estabelecimento daquilo que é teoricamente possível e impossível. É possível também — embora essa questão deva permanecer em aberto — que tal análise poderia conferir maior precisão à definição dos vários “níveis” sociais (base e superestrutura) e suas relações, como sugere Althusser.¹⁹ O que ela não faz é explicar por que a Inglaterra do século XX é um lugar muito diferente da Inglaterra neolítica, ou a sucessão de formações socioeconômicas, ou o mecanismo das transições de uma para outra, ou, nesse sentido, por que Marx dedicou uma parte tão grande de sua vida tentando responder essas questões.

Se essas perguntas precisam ser respondidas, ambas as peculiaridades que distinguem o marxismo de outras teorias estruturais-funcionais são necessárias: o modelo dos níveis, dos quais o das relações sociais de produção são fundamentais, e a existência de contradições internas aos sistemas, das quais o conflito de classe é meramente um caso especial.

A hierarquia de níveis é necessária para explicar por que a história tem uma *direção*. É a crescente emancipação do homem em relação à natureza e sua capacidade crescente de controlá-la que faz com que a história como um todo (embora nem toda área e período dentro dela) seja “orientada e irreversível”, para citar Lévi-Strauss mais uma vez. Uma hierarquia de níveis que não derive da base das relações sociais de produção não teria necessariamente essa característica. Além disso, uma vez que o processo e o progresso do controle do homem sobre a natureza não envolvem apenas mudanças nas forças de produção (novas técnicas, por exemplo), mas nas relações sociais de produção, implica uma certa ordem na sucessão dos sistemas socioeconômicos. (Isso não requer a aceitação da lista de formações apresentadas no Prefácio à *Crítica da economia política* como cronologicamente sucessivas, o que Marx provavelmente não acreditava que fossem, e muito menos uma teoria de evolução unilinear universal. Entretanto, requer que certos fenômenos sociais não possam ser concebidos na história como anteriores a outros, tais como economias dotadas de dicotomia cidade-campo como antes das que não a possuem.) E pelo mesmo motivo requer que essa sucessão de sistemas não pode ser ordenada simplesmente em uma dimensão tecnológica (tecnologias inferiores precedendo as superiores) ou econômica (*Geldwirtschaft* sucedendo *Naturalwirtschaft*), mas também deve ser ordenada em termos de seus sistemas sociais.²⁰ Isso porque uma característica essencial do pensamento histórico de Marx é a de não ser nem “sociológico” nem “econômico”, mas ambos simultaneamente

te. As relações sociais de produção e reprodução (ou seja, organização social em seu sentido mais amplo) e as forças materiais de produção não podem ser divorciadas.

Dada essa “orientação” do desenvolvimento histórico, as contradições internas dos sistemas socioeconômicos fornecem o mecanismo para a mudança que se torna desenvolvimento. (Sem ela, poder-se-ia afirmar que meramente produziriam flutuação cíclica, um processo interminável de desestabilização e reestabilização; e, é claro, as mudanças que poderiam brotar dos contatos e conflitos de diferentes sociedades.) A questão em torno de tais contradições internas é que não podem ser definidas simplesmente como “disfuncionais”, exceto na hipótese de que estabilidade e permanência sejam a norma, e a mudança a exceção; ou mesmo na hipótese mais ingênua, frequente nas ciências sociais vulgares, de que um sistema específico é o modelo a que toda mudança aspira.²¹ O que acontece é que, como hoje é muito mais amplamente reconhecido que antes entre os antropólogos sociais, um modelo estrutural que considere apenas a manutenção de um sistema é inadequado. É a existência simultânea de elementos estabilizantes e perturbadores que tal modelo deve refletir. E foi nela que o modelo marxista — mas não suas versões marxistas vulgares — se baseou.

Esse modelo dual (dialético) é difícil de montar e utilizar, pois, na prática, é grande a tentação de operá-lo, conforme o gosto ou ocasião, ora como um modelo de funcionalismo estável, ora como um modelo de mudança revolucionária, ao passo que o interessante é que ele seja ambos. É igualmente importante que as tensões internas às vezes possam ser reabsorvidas em um modelo auto-estabilizante mediante a reintrodução das mesmas como estabilizadores funcionais, e outras vezes não possam. O conflito de classe pode ser controlado mediante uma espécie de válvula de segurança, como em tantos tumultos plebeus urbanos nas cidades pré-industriais, ou institucionalizado como “rituais de rebelião” (para empregar o termo esclarecedor de Max Gluckman) ou por outras maneiras; mas às vezes não pode ser controlado. O Estado normalmente legitimará a ordem social mediante o controle do conflito de classe no âmbito de um quadro estável de instituições e valores, pairando ostensivamente acima e fora delas (o rei distante como “fonte da justiça”), e ao assim fazer perpetua uma sociedade que de outro modo seria esfacelada por suas tensões internas. De fato, essa é a teoria marxista clássica de sua origem e função, conforme exposta na *Origem da família*.²² No entanto, existem situações em que o Estado perde essa função e — mesmo na cabeça de seus súditos — essa capacidade de legitimar, manifestando-se meramente, para empregar a frase de Thomas More, como “uma conspiração

dos ricos em seu próprio benefício”, quando não, de fato, como causa direta das desgraças dos pobres.

Essa natureza contraditória do modelo pode ser obscurecida pela referência à existência inquestionada de fenômenos *separados* na sociedade representando a estabilidade e a subversão controladas: grupos sociais que podem supostamente ser integrados à sociedade feudal, tais como o “capital mercantil”, e os que não podem, como uma “burguesia industrial”, ou movimentos sociais puramente “reformistas” e aqueles conscientemente “revolucionários”. Porém, embora essas separações existam e, onde existem, indicam um certo estágio no desenvolvimento das contradições internas da sociedade (que *não* são, para Marx, exclusivamente as do conflito de classe),²³ é igualmente significativo que os mesmos fenômenos possam, conforme a situação, mudar de funções — movimentos pela restauração da antiga ordem controlada da sociedade de classes convertendo-se (como acontece com certos movimentos camponeses) em revoluções sociais, partidos conscientemente revolucionários sendo absorvidos ao *status quo*.²⁴

Apesar da dificuldade, diversas modalidades de cientistas sociais (inclusive os ecologistas, particularmente os que estudam a dinâmica populacional e o comportamento social dos animais) começaram a abordar a construção de modelos de equilíbrio baseados em tensão ou conflito e, ao assim fazer, chegam mais perto do marxismo e se afastam de modelos mais antigos de sociologia que encaravam o problema da ordem como dotado de anterioridade lógica ao da mudança e enfatizavam os elementos integrativos e normativos da vida social. Ao mesmo tempo, deve-se admitir que o próprio modelo de Marx precisa ser mais explicitado do que o é em seus escritos, que pode necessitar de elaboração e desenvolvimento, e que certos vestígios do positivismo do século XIX, mais evidentes nas formulações de Engels que no pensamento de Marx, devem ser removidos do caminho.

Dessa forma, ficamos ainda com os problemas históricos *específicos* da natureza e sucessão das formações socioeconômicas, e os mecanismos de seu desenvolvimento interno e interação. São campos em que houve muita discussão a partir de Marx,²⁵ principalmente nas últimas décadas, e em certos aspectos o avanço em relação a Marx foi muito marcante.²⁶ Análise recente também confirmou nesse caso o brilhantismo e a profundidade da abordagem geral e da visão de Marx, embora também tenha alertado para as lacunas de sua abordagem, particularmente dos períodos pré-capitalistas. Entretanto, esses temas raramente podem ser discutidos mesmo na forma mais superficial, exceto em termos de conhecimento histórico concreto, ou seja, não podem ser discutidos no contexto do presente colóquio. Na falta de tal discussão apenas posso asseverar minha convicção de que a abordagem de Marx

ainda é a única que nos habilita a explicar toda a amplitude da história humana e constitui o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna.

Nada disso é particularmente novo, embora alguns textos que contêm as reflexões mais maduras de Marx sobre temas históricos apenas tenham se tornado efetivamente disponíveis nos anos 50, notadamente os *Grundrisse* de 1857-8. Além disso, os retornos decrescentes da aplicação de modelos marxistas vulgares nas últimas décadas levaram a uma substancial sofisticação da historiografia marxista.²⁷ De fato, um dos aspectos mais característicos da historiografia marxista ocidental contemporânea é a crítica dos esquemas simples e mecanicistas de tipo econômico-determinista.

Porém, quer os historiadores marxistas tenham ido significativamente mais longe ou não que Marx, sua contribuição hoje tem uma importância nova, devido às mudanças que estão ocorrendo atualmente nas ciências sociais. Embora a função principal do materialismo histórico no primeiro meio século após a morte de Engels foi trazer a história para mais perto das ciências sociais, evitando ao mesmo tempo as simplificações exageradas do positivismo, ele está hoje enfrentando a rápida historicização das próprias ciências sociais. Por falta de ajuda da historiografia acadêmica, essas começaram cada vez mais a improvisar a sua própria — aplicando seus procedimentos característicos ao estudo do passado, muitas vezes com resultados tecnicamente sofisticados, mas, como já observamos, baseados em modelos de mudança histórica ainda mais toscos, em certos aspectos, que os do século XIX.²⁸ Nesse ponto, é grande o valor do materialismo histórico de Marx, embora seja natural que cientistas sociais de orientação histórica possam se achar menos necessitados da insistência de Marx sobre a importância dos elementos econômicos e sociais na história que os historiadores do início do século XX; e, por outro lado, possam se achar mais estimulados por aspectos da teoria de Marx que não produziram grande impacto em historiadores das primeiras gerações pós-Marx.

Se isso explica ou não a indubitável proeminência das idéias marxistas na discussão de certos campos atuais da ciência social historicamente orientada é uma outra questão.²⁹ A proeminência invulgar de historiadores marxistas hoje, ou de historiadores formados na escola marxista, em grande parte se deve, certamente, à radicalização de intelectuais e estudantes na última década, ao impacto das revoluções no Terceiro Mundo, à ruptura das ortodoxias marxistas hostis ao trabalho científico original e até a um fator elementar como a sucessão de gerações. Isso porque os marxistas que chegaram ao ponto de publicar livros amplamente lidos e de ocupar postos sêniores na vida acadêmica nos anos 50 muitas vezes eram apenas os estudantes radicalizados dos anos 30 e 40, atingindo o pico normal de suas car-

reiras. Apesar disso, quando celebramos o sesquicentenário de nascimento de Marx e o centenário do *Capital*, não podemos deixar de notar — com satisfação, se formos marxistas — a coincidência entre uma influência significativa do marxismo no campo da historiografia e um número significativo de historiadores inspirados por Marx ou demonstrando, em seu trabalho, os efeitos da formação nas escolas marxistas.

11

MARX E A HISTÓRIA

Esta palestra foi proferida na Conferência do Centenário de Marx, organizada pela República de San Marino em 1983, e publicada na New Left Review, 143 (fevereiro de 1984), pp. 39-50.

Estamos aqui para discutir temas e problemas da concepção marxista da história, cem anos depois da morte de Marx. Não se trata de um ritual de comemoração de centenário, mas é importante começarmos a nos lembrar do papel único de Marx na historiografia. Farei isso simplesmente por meio de três exemplos. O primeiro é autobiográfico. Quando era estudante em Cambridge nos anos 30, muitos dos jovens mais capazes aderiram ao Partido Comunista. Mas como se tratava de uma era muito brilhante na história de uma universidade de muito prestígio, vários deles foram profundamente influenciados pelas sumidades diante das quais nos sentávamos. Costumávamos brincar entre nós, jovens comunistas: os filósofos comunistas eram wittgensteinianos, os economistas comunistas eram keynesianos, os estudantes comunistas da literatura eram discípulos de F. R. Leavis. E os historiadores? Eram marxistas porque não havia nenhum historiador que conhecêssemos, em Cambridge ou em outros lugares — e ouvíamos falar e conhecíamos alguns excelentes, como Marc Bloch —, que pudessem competir com Marx, como mestre e como inspiração. Meu segundo exemplo é similar. Trinta anos depois, em 1969, Sir John Hicks, laureado com o prêmio Nobel, publicava sua *Theory of Economic History*. Escrevia: “Muitos daqueles [que desejam encontrar lugar no curso geral da história] utilizariam as categorias marxistas, ou alguma versão modificada das mesmas, uma vez que se dispõe de pouca coisa no sentido de uma versão alternativa. Apesar disso, continua a ser extraordinário que cem anos depois de *Das Kapital* [...] tão pouco coisa mais tenha surgido”.¹ Meu terceiro exemplo vem do esplên-

dido livro de Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo* — uma obra que já no título fornece um elo com Marx. Nessa obra excelente Marx é referido com mais frequência que qualquer outro autor, mais até que qualquer outro autor *francês*. Semelhante tributo de um país que não costuma subestimar seus pensadores nacionais é em si mesmo impressionante.

O desenvolvimento dessa influência de Marx na literatura histórica não é evidente por si mesma, pois, embora a concepção materialista da história seja o cerne do marxismo e embora tudo o que Marx escreveu esteja impregnado de história, ele próprio não escreveu muita história tal como os historiadores a entendem. Nesse sentido, Engels era mais historiador, escrevendo mais obras que poderiam ser razoavelmente catalogadas nas bibliotecas como “história”. Claro que Marx estudou história e era extremamente erudito. Mas não escreveu nenhuma obra que contivesse “História” no título, exceto uma série de artigos polêmicos anticzaristas mais tarde publicados como *A história diplomática secreta do século XVIII*, um de seus trabalhos menos importantes. O que chamamos de escritos históricos de Marx consistem quase exclusivamente de análise política corriqueira e comentários jornalísticos, associados a um certo grau de contexto histórico. Suas análises políticas usuais, como *Lutas de classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, são realmente notáveis. Seus volumosos escritos jornalísticos, ainda que de interesse irregular, contêm análises do maior interesse — entre os quais seus artigos sobre a Índia — e, em todo caso, são exemplos de como Marx aplicava seu método a problemas concretos, tanto de história quanto de um período que depois se converteu em história. Mas não eram escritos como história, tal como a entendem aqueles que se dedicam ao estudo do passado. Por fim, o estudo de Marx sobre o capitalismo contém uma quantidade enorme de material histórico, exemplos históricos e outros materiais relevantes para o historiador.

O grosso da obra histórica de Marx, portanto, está integrado nos seus escritos teóricos e políticos. Todos eles consideram os desenvolvimentos históricos em um quadro referencial de maior ou menor duração, abrangendo a amplitude global do desenvolvimento humano. Devem ser lidos em conjunto com seus escritos voltados a períodos curtos ou tópicos e problemas particulares, ou à história factual pormenorizada. Apesar disso, não se pode encontrar em Marx nenhuma síntese completa do processo efetivo de desenvolvimento histórico; tampouco pode o *Capital* sequer ser tratado como “uma história do capitalismo até 1867”.

Existem três razões, duas menores e uma maior, pelas quais isso acontece — e pelas quais os historiadores marxistas, conseqüentemente, não estão apenas comentando Marx mas fazendo aquilo que ele próprio não fez.

Em primeiro lugar, como sabemos, Marx encontrou grande dificuldade para concluir seus projetos literários. Em segundo, suas concepções continuaram a evoluir até sua morte, embora no âmbito de um referencial definido na metade da década de 1840. Em terceiro, e mais importante, em suas obras de maturidade Marx deliberadamente estudou a história na ordem inversa, tomando o capitalismo desenvolvido como seu ponto de partida. O “homem” era a chave para a anatomia do “macaco”. Claro que não se trata de um procedimento anti-histórico. Implica que o passado não pode ser entendido exclusiva ou primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um processo histórico, mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e ao passado.

Tomemos o conceito de *trabalho*, fundamental para a concepção materialista da história. Antes do capitalismo — ou antes de Adam Smith, como diz Marx mais especificamente — não se dispunha do conceito de trabalho-em-geral, enquanto distinto de tipos particulares de trabalho que são qualitativamente diferentes e incomparáveis. Entretanto, se quisermos entender a história humana em um sentido global e de longo prazo, como a utilização e transformação progressivamente mais eficazes da natureza pela humanidade, então é essencial o conceito de trabalho social em geral. A abordagem de Marx ainda permanece discutível, no sentido de que ela não pode nos dizer se a análise futura, na base do desenvolvimento histórico futuro, não produzirá descobertas analíticas comparáveis que permitirão aos pensadores reinterpretarem a história humana em termos de algum outro conceito analítico central. Essa é uma lacuna potencial na análise, mesmo que não achemos que tal desenvolvimento futuro hipotético tenda a abandonar a centralidade da análise do trabalho feita por Marx, pelo menos quanto a certos aspectos obviamente cruciais da história humana. Minha intenção não é colocar Marx em questão, mas simplesmente mostrar que sua abordagem deve excluir, como não imediatamente relevante ao seu propósito, grande parte daquilo que os historiadores estão interessados em saber — por exemplo, muitos aspectos da transição do feudalismo ao capitalismo. Esses foram deixados para marxistas ulteriores, embora seja verdade que Friedrich Engels, sempre mais interessado no “que realmente aconteceu”, se preocupasse mais com essas questões.

A influência de Marx sobre os historiadores, e não só historiadores marxistas, baseia-se, contudo, tanto em sua teoria geral (a concepção materialista da história), com seus esboços, ou pistas, sobre a compleição geral do desenvolvimento histórico humano a partir do comunismo primitivo até o capitalismo, quanto em suas observações concretas relativas a aspectos,

períodos e problemas específicos do passado. Não pretendo dizer muito sobre essas últimas, ainda que tenham sido extremamente influentes e ainda possam ser tremendamente estimulantes e esclarecedoras. O primeiro volume do *Capital* contém três ou quatro referências francamente marginais ao protestantismo, embora delas derive todo o debate sobre a relação entre a religião em geral, e o protestantismo em particular, com o modo capitalista de produção. Da mesma forma, o *Capital* tem uma nota de rodapé sobre Descartes vinculando suas concepções (animais como máquinas, real em oposição a especulativo, filosofia como meio de dominar a natureza e aperfeiçoar a vida humana) com o “período manufatureiro” e levantando a questão das razões da preferência dos primeiros economistas por filósofos como Hobbes e Bacon, e dos posteriores por Locke. (Por seu turno, Dudley North acreditava que o método de Descartes havia “começado a libertar a economia política de suas antigas superstições”).² Na década de 1890 isso já era usado por não-marxistas como exemplo da notável originalidade de Marx, e ainda hoje forneceria material para um seminário de pelo menos um semestre de duração. Porém, ninguém neste encontro precisará ser convencido sobre o gênio de Marx ou a amplitude de seu conhecimento e interesses; e deve-se considerar que grande parte de seus escritos sobre aspectos particulares do passado inevitavelmente reflete o conhecimento histórico disponível durante sua vida.

Vale a pena discutir em maiores detalhes a concepção materialista da história porque ela é hoje controvertida ou criticada não só por não-marxistas e antimarxistas, mas também no âmbito do marxismo. Durante gerações, foi a parte menos questionada do marxismo e foi considerada, a meu ver acertadamente, como seu cerne. Desenvolvida no curso da crítica feita por Marx e Engels à filosofia e ideologia alemãs, está essencialmente dirigida contra a crença de que “idéias, pensamentos e conceitos produzem, determinam e dominam os homens, suas condições materiais e sua vida real”.³ Originada em 1846, essa concepção permaneceu essencialmente a mesma. Pode ser sintetizada em uma única frase, repetida com variações: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.⁴ Já se encontra elaborada em *A ideologia alemã*:

Essa concepção da história, portanto, baseia-se na exposição do processo real de produção — começando da produção material da vida em si mesma — e abrangendo a forma de relações associadas com e criadas por esse modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade etc. etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua for-

mação a partir dessa base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e conseqüentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si).⁵

Devemos notar, de passagem, que para Marx e Engels o “processo real de produção” não é simplesmente a “produção material da vida em si mesma” mas algo mais amplo. Para empregar a correta formulação de Eric Wolf, é “o conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social”.⁶ Deve-se notar também que os seres humanos produzem tanto com a mão quanto com a cabeça.⁷

Essa concepção não é história, mas uma guia para a história, um programa de pesquisa. Para citar novamente *A ideologia alemã*:

Onde termina a especulação, onde começa a vida real, ali, conseqüentemente, começa a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático do desenvolvimento humano [...] Quando a realidade é descrita, a filosofia auto-suficiente [*die selbständige Philosophie*] perde seu meio de existência. Na melhor das hipóteses, seu lugar apenas pode ser assumido por uma síntese dos resultados mais gerais, abstrações derivadas da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Essas abstrações em si mesmas, divorciadas da história real, não possuem absolutamente nenhum valor. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a seqüência de seus distintos estratos. Mas de modo algum fornecem uma receita ou esquema, como faz a filosofia, para seccionar nitidamente as épocas da história.⁸

A formulação mais completa ocorre no Prefácio de 1859 à *Para a crítica da economia política*. Claro que é preciso perguntar se é possível rejeitá-la e continuar sendo marxista. Porém, é perfeitamente claro que essa formulação ultraconcisa requer elaboração: a ambigüidade de seus termos suscitou debate sobre o que exatamente são “forças” e “relações sociais” de produção, o que constitui a “base econômica”, a “superestrutura” e assim por diante. Também está perfeitamente claro desde o início que, uma vez que os seres humanos possuem consciência, a concepção materialista da história é a base da explicação histórica mas não a explicação histórica em si. A história não é como a ecologia: os seres humanos decidem e refletem sobre o que acontece. Não está tão claro se ela é determinista no sentido de nos permitir descobrir o que inevitavelmente acontecerá, enquanto distinto dos processos gerais de transformação histórica. Isso porque é somente numa visão retrospectiva que a questão da inevitabilidade histórica pode ser solidamente estabelecida, e mesmo então apenas como tautologia: o que aconteceu era inevitável porque não aconteceu outra coisa; portanto, o que mais poderia ter acontecido é uma questão acadêmica.

Marx desejava provar *a priori* que um certo resultado histórico, o comunismo, era conseqüência inevitável do desenvolvimento histórico. Mas de modo algum está claro que isso possa ser demonstrado pela análise histórica científica. O que era patente, desde o início mesmo, era que o materialismo histórico não era determinismo *econômico*: nem todos os fenômenos não econômicos na história podem ser derivados de fenômenos econômicos específicos, e determinados eventos ou datas não são determinados nesse sentido. Mesmo os mais rígidos proponentes do materialismo histórico propuseram discussões detalhadas sobre o papel do acaso e do indivíduo na história (Plekhanov); e, quaisquer que sejam as críticas filosóficas passíveis de serem feitas a suas formulações, Engels foi totalmente inequívoco a esse respeito em suas cartas posteriores a Bloch, Schmidt, Starkenburg e outros. O próprio Marx, em textos específicos como *O 18 Brumário* e seu jornalismo na década de 1850, não nos deixa nenhuma dúvida de que sua concepção era basicamente a mesma.

Na realidade, o argumento decisivo sobre a concepção materialista da história dizia respeito à relação fundamental entre o ser social e a consciência. Esse argumento não estava centrado tanto sobre considerações filosóficas (como “idealismo” *versus* “materialismo”) ou mesmo sobre questões político-morais (“qual o papel do ‘livre-arbítrio’ e da ação humana consciente?”, “se a situação não está madura, como podemos agir?”), quanto sobre problemas empíricos de história comparativa e antropologia social. Um argumento típico seria o de que é impossível distinguir relações sociais de produção das idéias e conceitos (ou seja, base de superestrutura), em parte porque se trata em si mesma de uma distinção histórica retrospectiva, e em parte porque as relações sociais de produção são estruturadas pela cultura e por conceitos que não podem ser a elas reduzidos. Outra objeção seria a de que, uma vez que um dado modo de produção é incompatível com *n* tipos de conceitos, esses não podem ser explicados por redução à “base”. Dessa maneira, sabemos de sociedades que possuem a mesma base material mas maneiras amplamente variáveis de estruturar suas relações sociais, ideologia e outros aspectos superestruturais. Nesse sentido, as visões de mundo dos homens determinam as formas de sua existência social, pelo menos tanto quanto as últimas determinam as primeiras. O que determina essas visões, portanto, deve ser analisado de modo totalmente diferente: na linha de Lévi-Strauss, por exemplo, como um conjunto de variações sobre um número limitado de conceitos intelectuais.

Deixemos de lado a questão de saber se Marx abstrai ou não a cultura. (Minha própria opinião é de que em seus escritos efetivamente históricos ele é o oposto exato de um reducionista econômico.) Fica o fato básico de que a

análise de uma sociedade, a qualquer momento de seu desenvolvimento histórico, deve começar pela análise de seu modo de produção: em outras palavras, (a) a forma tecno-econômica do “metabolismo entre homem e natureza” (Marx), o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho; e (b) os arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado.

Isso é assim hoje. Se desejarmos compreender algo sobre a Inglaterra ou a Itália no fim do século xx, obviamente devemos começar pelas enormes transformações ocorridas no modo de produção nos anos 50 e 60. No caso das sociedades mais primitivas, a organização do parentesco e o sistema de idéias (do qual a organização do parentesco é um dos aspectos) dependerão de estarmos lidando com uma economia de coleta de alimentos ou com uma economia de produção de alimentos. Como mostrou Wolf,⁹ numa economia de coleta de alimentos, por exemplo, os recursos encontram-se amplamente disponíveis para todos que disponham da habilidade de obtê-los, e em uma economia de produção de alimentos (agrícola ou pastoril) o acesso a esses recursos é restrito. Isso precisa ser definido, não só aqui e agora, mas entre gerações.

Todavia, embora o conceito de base e superestrutura seja essencial à definição de um conjunto de prioridades analíticas, a concepção materialista da história enfrenta ainda outra e mais séria crítica. Marx sustenta não só que o modo de produção é primordial e que a superestrutura deve, em certo sentido, se conformar às “distinções essenciais entre os seres humanos” acarretadas pelo modo de produção (ou seja, as relações sociais de produção), mas também que há uma tendência evolutiva inevitável das forças produtivas materiais da sociedade que, dessa forma, entram em contradição com as relações produtivas existentes e suas expressões superestruturais relativamente inflexíveis, que, então, precisam recuar. Assim, como afirmou G. A. Cohen, essa tendência evolutiva, no sentido mais amplo, é tecnológica.

O problema não é tanto o de explicar por que existe tal tendência, já que, na história do mundo como um todo, indiscutivelmente ela existe até o presente momento. O problema real é que essa tendência não é patentemente universal. Embora possamos explicar inúmeros casos de sociedades que não denotam tal tendência, ou nas quais ela parece deter-se em determinado ponto, isso não é o bastante. Podemos até postular uma tendência geral ao progresso, da coleta de alimentos à produção de alimentos (onde esta não se tornar inviável ou desnecessária por razões ecológicas), mas não podemos fazer o mesmo em relação aos desenvolvimentos modernos de tecnologia e industrialização, que conquistaram o mundo a partir de uma e apenas uma base regional.

Isso parece criar uma situação de impasse. *Ou* não há uma tendência geral das forças materiais de produção da sociedade a se desenvolverem, ou a se desenvolverem além de um determinado ponto — em cujo caso o desenvolvimento do capitalismo ocidental precisa ser explicado sem referência primária a tal tendência geral, e a concepção materialista da história, na melhor das hipóteses, pode ser utilizada para explicar um caso especial. (Observo, de passagem, que abandonar a concepção de que os homens estão constantemente agindo de uma maneira que tende a aumentar seu controle sobre a natureza é irreal e ao mesmo tempo geradora de consideráveis complicadores históricos e outros.) *Ou então* há tal tendência histórica geral — em cujo caso temos de explicar por que não operou por toda parte, ou mesmo por que, em muitos casos (tais como a China), foi clara e efetivamente neutralizada. Seria como se nada além da força, inércia ou algum outro fator da estrutura social e da superestrutura acima da base material pudesse ter sustado o movimento dessa base material.

Em minha opinião, isso não cria um problema insuperável para a concepção materialista da história como modo de interpretar o mundo. O próprio Marx, que estava longe de ser unilinear, apresentava uma explicação sobre por que algumas sociedades evoluíram da Antiguidade clássica passando pelo feudalismo até o capitalismo, e também sobre por que outras sociedades (um conjunto enorme que ele agrupava grosseiramente no modo de produção asiático) não o fizeram. Entretanto, isso cria de fato um problema muito complexo para a concepção materialista da história como modo de *transformar* o mundo. O cerne do argumento de Marx nesse aspecto é o de que deve ocorrer revolução porque as forças de produção alcançaram, ou devem alcançar, um ponto no qual são incompatíveis com o “tegumento capitalista” das relações de produção. Mas, se é possível demonstrar que em outras sociedades não houve nenhuma tendência ao crescimento das forças materiais, ou que seu crescimento foi controlado, desviado ou de outro modo impedido, mediante a força da organização social e da superestrutura, de provocar a revolução no sentido contido no Prefácio de 1859, então por que o mesmo não deveria ocorrer na sociedade burguesa? É claro que talvez seja possível e até relativamente fácil formular um argumento histórico mais modesto para a necessidade ou talvez inevitabilidade da transformação do capitalismo no socialismo. Mas perderíamos então duas coisas que eram importantes para Karl Marx e certamente para seus seguidores (entre os quais me incluo): (a) o sentido de que o triunfo do socialismo é o fim lógico de toda evolução histórica até o presente; e (b) o sentido de que ele marca o fim da “pré-história”, já que não pode ser e não será uma sociedade “antagônica”.

Isso não altera o valor do conceito de um “modo de produção”, que o Prefácio define como “o agregado das relações produtivas que constituem a estrutura econômica de uma sociedade e formam o modo de produção dos meios materiais de existência”. Quaisquer que sejam as relações sociais de produção, e quaisquer outras funções que possam exercer na sociedade, o modo de produção constitui a estrutura que determina a forma que assumirá o crescimento das forças produtivas e a distribuição do excedente, como a sociedade pode ou não pode mudar suas estruturas, e como, em momentos oportunos, poderá ou não ocorrer a transição para outro modo de produção. Em suma, o modo de produção é a base de nosso entendimento da diversidade das sociedades humanas e suas interações, bem como de sua dinâmica histórica.

O modo de produção não é idêntico à sociedade: “sociedade” é um sistema de relações humanas, ou, para ser mais exato, de relações entre grupos humanos. O conceito de “modo de produção” (MP) serve para identificar as forças que orientam o alinhamento desses grupos — o que pode ser feito de múltiplas formas, dentro de um certo limite, em diferentes sociedades. Constituem os MPs uma série de etapas evolutivas, ordenadas cronologicamente ou segundo outra ordem? Parece haver pouca dúvida de que o próprio Marx os concebia como constituindo uma série na qual a crescente emancipação do homem em relação à natureza, e seu controle sobre ela, afetava tanto as forças quanto as relações de produção. Segundo esse conjunto de critérios, os diversos MPs poderiam ser pensados numa classificação em ordem ascendente. Mas, embora alguns MPs evidentemente não possam ser pensados como anteriores a outros (os que exigem produção de mercadoria ou máquinas a vapor, por exemplo, como anteriores aos que não o exigem), a lista de MPs de Marx não visa a constituir uma sucessão cronológica unilinear. De fato, observa-se que em todos os estágios que não os mais iniciais (hipotéticos) do desenvolvimento humano houve coexistência e interação de diferentes MPs.

Um modo de produção corporifica um programa particular de produção (uma maneira de produzir na base de uma determinada tecnologia e divisão produtiva do trabalho) e também “um conjunto específico e historicamente determinado de relações sociais mediante o qual o trabalho é alocado para arrebatar energia da natureza por meio de ferramentas, habilidades, organização e conhecimento” em uma dada fase de seu desenvolvimento e por meio das quais o excedente socialmente produzido é circulado, distribuído e utilizado para acumulação ou alguma outra finalidade. Uma história marxista deve considerar ambas as funções.

Aqui reside a fragilidade de um livro muito original e importante do antropólogo Eric Wolf: *Europe and the Peoples without History* [A Europa e

os povos sem história]. O livro tenta mostrar como a expansão e triunfo global do capitalismo afetou as sociedades pré-capitalistas que ele havia integrado ao seu sistema mundial; e como o capitalismo por sua vez se modificou e se modelou mediante seu imbricamento, em certo sentido, numa pluralidade de modos de produção. É um livro que se refere mais a vínculos que a causas, embora os vínculos possam se revelar essenciais à análise das causas. Expõe de forma brilhante uma maneira de captar “os aspectos estratégicos [...] [da] variabilidade de diferentes sociedades — ou seja, as maneiras pelas quais puderam e não puderam ser modificadas pelo contato com o capitalismo. Fornece também, de quebra, um guia esclarecedor para as relações entre os MPS e as sociedades no seu interior e suas ideologias ou “culturas”.¹⁰ O que ele não faz — ou, de fato, não se dispõe a fazer — é explicar os movimentos da base material e divisão do trabalho, e, conseqüentemente, as transformações dos MPS.

Wolf trabalha com três MPS amplos ou “famílias” de MPS: o modo “parentesco”, o modo “tributário” e o “modo capitalista”. Mas embora ele admita margem para a transformação das sociedades caçadoras e coletoras em sociedades produtoras no modo parentesco, seu modo “tributário” é um vasto *continuum* de sistemas que inclui tanto aquilo que Marx chamava “feudal” quanto o que chamava de “asiático”. Em todos eles, o excedente é essencialmente apropriado por grupos dominantes que exercem poder político e militar. Muito se pode dizer em favor dessa classificação geral, emprestada de Samir Amin, mas sua desvantagem é que o modo “tributário” inclui claramente sociedades em estágios muito díspares de capacidade produtiva: dos senhores feudais do Ocidente na Idade Média até o Império chinês; de economias sem cidades até as urbanizadas. Entretanto, é apenas na periferia que a análise toca o problema essencial de por que, como e quando uma variante do modo tributário gerou o capitalismo desenvolvido.

Em suma, a análise dos modos de produção deve se basear em estudo das forças materiais disponíveis de produção: em outras palavras, estudo tanto da tecnologia e sua organização quanto da economia. Não podemos esquecer que no mesmo Prefácio, cujo trecho mais ao final é tantas vezes citado, Marx afirmava que a economia política era a anatomia da sociedade civil. Apesar disso, em um aspecto é necessário desenvolver a análise tradicional dos MPS e sua transformação — e, de fato, as obras marxistas recentes têm feito isso. A transformação efetiva de um modo em outro muitas vezes foi vista em termos causais e unilineares: dentro de cada modo, afirma-se, há uma “contradição básica” que gera a dinâmica e as forças que o levarão a sua transformação. Não está nada claro que seja essa a concepção do próprio Marx — exceto para o capitalismo —, e isso certamente leva a grandes dificuldades e intermináveis

debates, particularmente em relação à passagem do feudalismo ao capitalismo no Ocidente.

Parece mais proveitoso levantar as duas hipóteses seguintes. Primeira, que os elementos básicos de um modo de produção que tendem a desestabilizá-lo implicam mais a potencialidade que a certeza de transformação, mas que, dependendo da estrutura do modo, também estabelecem certos limites ao tipo de transformação possível. Segunda, que os mecanismos conducentes à transformação de um modo em outro podem não ser exclusivamente internos ao modo, mas podem derivar da conjunção e interação de sociedades distintamente estruturadas. Nesse sentido, todo desenvolvimento é desenvolvimento *misto*. Em lugar de procurar apenas as condições regionais específicas que levaram à formação, por exemplo, do sistema peculiar da Antiguidade clássica no Mediterrâneo, ou à transformação do feudalismo em capitalismo nos domínios feudais e cidades da Europa ocidental, devemos considerar os diversos caminhos que levavam às confluências e encruzilhadas nas quais, em certa etapa de desenvolvimento, essas áreas se encontravam.

Essa abordagem — que a mim parece estar inteiramente no espírito de Marx, e para a qual, se necessário, é possível encontrar confirmação em seu próprio texto — torna mais fácil explicar a coexistência de sociedades que vão mais adiante na estrada até o capitalismo com aquelas que fracassaram em se desenvolver naquele sentido até que foram penetradas e conquistadas pelo capitalismo. Mas ela também chama a atenção para o fato, cada vez mais percebido pelos historiadores do capitalismo, de que a evolução desse sistema é, em si mesma, uma evolução mista: ela se vale de materiais preexistentes, utilizando-os, adaptando-os, mas também sendo por eles moldada. Pesquisa recente sobre a formação e desenvolvimento das classes trabalhadoras ilustra esse ponto. De fato, um motivo pelo qual os últimos 25 anos na história do mundo assistiram a transformações sociais tão profundas é que tais elementos pré-capitalistas, até então componentes essenciais da operação do capitalismo, acabaram se tornando erodidos demais para desempenhar o papel crucial que outrora desempenhavam. Claro que estou pensando aqui na família.

Gostaria de voltar agora aos exemplos sobre o significado ímpar de Marx para os historiadores, que apresentei ao início dessa conversa. Marx continua a ser a base essencial de todo estudo adequado de história, porque — até agora — apenas ele tentou formular uma abordagem metodológica da história como um todo, e considerar e explicar todo o processo da evolução social humana. Nesse sentido, ele é superior a Max Weber, seu único rival real enquanto influência teórica sobre historiadores, e, em diversos sentidos, um importante complemento e corretivo. Uma história baseada em Marx é

concebível sem adições weberianas, mas uma história weberiana é inconcebível exceto na medida em que toma Marx, ou pelo menos a *Fragestellung* [formulação de questão] marxista, como seu ponto de partida. Investigar o processo da evolução social humana significa fazer o tipo de perguntas de Marx, mesmo sem aceitar todas as suas respostas. O mesmo é verdade se desejarmos responder à segunda grande questão implícita na primeira: ou seja, por que essa evolução não foi uniforme e unilinear, mas extraordinariamente irregular e combinada. As únicas respostas alternativas sugeridas se encontram em termos da evolução biológica (sociobiologia, por exemplo), mas essas são claramente inadequadas. Porém não disse a última palavra — longe disso —, mas de fato a primeira palavra, e ainda nos vemos na obrigação de continuar o discurso que ele inaugurou.

O tema desta conversa é Marx e a história, e não me cumpre aqui antecipar a discussão sobre quais são ou devem ser hoje os principais temas para os historiadores marxistas. Mas não gostaria de concluir sem chamar a atenção para dois temas que me parecem exigir urgente consideração. O primeiro eu já mencionei: é a natureza mista e combinada do desenvolvimento de toda sociedade ou sistema social, sua interação com outros sistemas e com o passado. Se preferirem, é a elaboração da famosa máxima de Marx de que os homens fazem sua própria história mas não conforme sua escolha, “sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas do passado”. O segundo é o da classe e da luta de classes.

Sabemos que ambos os conceitos são essenciais para Marx, pelo menos na discussão da história do capitalismo, mas sabemos também que os conceitos se encontram vagamente definidos em seus escritos e levaram a muita discussão. Uma parte considerável da historiografia marxista tradicional não conseguiu esclarecê-los e, dessa forma, atolou em dificuldades. Basta dar um exemplo. O que é uma “revolução burguesa”? Podemos pensar uma “revolução burguesa” sendo “feita” por uma burguesia, como o objetivo de uma luta da burguesia pelo poder contra um antigo regime ou classe dominante que se interpõe no caminho da instituição de uma sociedade burguesa? Ou *quando* podemos pensá-la dessa maneira? A atual crítica das interpretações marxistas das revoluções inglesa e francesa foi efetiva em grande parte porque mostrou que tal imagem tradicional da burguesia e da revolução burguesa é inadequada. Devíamos saber disso. Como marxistas, ou, de fato, como observadores realistas da história, não acataremos a crítica que nega a existência de tais revoluções, ou que nega que as revoluções inglesas do século XVII e a Revolução Francesa definiram mudanças fundamentais e reorientações “burguesas” de suas sociedades. Mas, sim, temos que pensar com mais precisão sobre o que queremos dizer.

Como, então, podemos resumir o impacto de Marx sobre a historiografia, cem anos após sua morte? Podemos formular quatro pontos essenciais.

(1) A influência de Marx nos países não socialistas é hoje, sem dúvida, maior entre os historiadores do que jamais foi durante minha vida — e minha memória remonta a cinquenta anos — e provavelmente maior do que jamais foi desde sua morte. (É óbvio que a situação nos países oficialmente comprometidos com suas idéias não é comparável.) Isso é preciso ser dito, porque neste momento há um generalizado afastamento dos intelectuais em relação a Marx, particularmente na França e na Itália. O fato é que sua influência pode ser percebida não só no número de historiadores que afirmam ser marxistas, que é muito grande, e no número daqueles que reconhecem sua importância para a história (tais como Braudel na França, a escola de Bielefeld na Alemanha), mas também no grande número de historiadores ex-marxistas, muitas vezes eminentes, que zelam pelo nome de Marx diante do mundo (como Postan). Além disso, há muitos elementos que, há cinquenta anos, eram enfatizados principalmente por marxistas e agora se tornaram componentes da principal corrente da história. É verdade que isso não se deu apenas graças a Karl Marx, mas o marxismo foi provavelmente a principal influência na “modernização” da historiografia.

(2) Tal como hoje escrita e discutida, pelo menos na maioria dos países, a história marxista toma Marx como ponto de partida e não como ponto de chegada. Não quero dizer que ela discorde necessariamente dos textos de Marx, embora esteja pronta a fazer isso onde esses estiverem factualmente errados ou obsoletos. É o que claramente acontece no caso de suas concepções sobre as sociedades orientais e o “modo de produção asiático”, por brilhantes e profundas que sejam, quase sempre, suas observações, e também no caso de suas concepções sobre as sociedades primitivas e sua evolução. Como destacou um livro recente sobre o marxismo e a antropologia, de autoria de um antropólogo marxista: “O conhecimento de Marx e Engels sobre as sociedades primitivas era totalmente insuficiente como base para a antropologia moderna”.¹¹ Tampouco quero dizer que a história marxista deseje necessariamente revisar ou abandonar as linhas mestras da concepção materialista da história, embora esteja pronta a considerá-las criticamente, onde for necessário. Eu, pelo menos, não quero abandonar a concepção materialista da história. Mas a história marxista, em suas versões mais frutíferas, hoje prefere utilizar seus métodos em lugar de comentar seus textos — exceto onde esses claramente mereçam ser comentados. Tentamos fazer o que o próprio Marx não tinha ainda feito.

(3) A história marxista hoje é pluralista. Uma única interpretação “correta” da história não é o legado que Marx nos deixou: tornou-se parte da

herança do marxismo, particularmente a partir de 1930 ou por volta dessa época, mas não é mais aceita ou aceitável, pelo menos onde as pessoas dispõem de escolha no assunto. Esse pluralismo tem suas desvantagens. São mais óbvias entre pessoas que teorizam sobre a história que entre aquelas que escrevem, mas são visíveis até entre estas últimas. Sem embargo, quer pensemos essas desvantagens como maiores ou menores que as vantagens, o pluralismo da obra marxista hoje é um fato inelutável. Na verdade, não há nada de errado nisso. A ciência é um diálogo entre diferentes opiniões baseadas em um método comum. Apenas deixa de ser ciência quando não há método para decidir qual das opiniões em contenda está errada ou é menos frutífera. Infelizmente, esse costuma ser o caso na história, mas, de modo algum, apenas na história marxista.

(4) A história marxista hoje não é, nem pode ser, isolada do restante do pensamento e da pesquisa histórica. Esta é uma proposição bilateral. Por um lado, os marxistas não mais rejeitam — exceto como fonte de matéria-prima para seu trabalho — os escritos de historiadores que não afirmam ser marxistas, ou que são, de fato, antimarxistas. Se constituem boa história, devem ser levados em conta. Isso, contudo, não nos impede de criticar e mover batalhas ideológicas até mesmo contra bons historiadores que atuam como ideólogos. Por outro lado, o marxismo transformou tanto a viga-mestra da história que hoje é quase impossível dizer se uma determinada obra foi escrita por um marxista ou por um não-marxista, a menos que o autor anuncie sua posição ideológica. Isso não é motivo para se lamentar. Gostaria de prenciar um tempo em que ninguém pergunte se os autores são marxistas ou não, porque os marxistas poderiam então estar satisfeitos com a transformação da história obtida com as idéias de Marx. Mas estamos longe de tal condição utópica: as lutas de classe e de libertação, ideológicas e políticas, do século XX são tais que isso é até inconcebível. Quanto ao futuro previsível, teremos que defender Marx e o marxismo dentro e fora da história, contra aqueles que os atacam no terreno político e ideológico. Ao fazer isso, também estaremos defendendo a história e a capacidade do homem de compreender como o mundo veio a ser o que é hoje, e como a humanidade pode avançar para um futuro melhor.

TODO POVO TEM HISTÓRIA

Esta é uma discussão mais detalhada do importante estudo de Eric Wolf, Europe and the Peoples without History [A Europa e os povos sem história], utilizado no capítulo anterior. Foi publicada no Times Literary Supplement, 28 de outubro de 1983.

A famosa descoberta do menino do conto de Andersen de que o rei estava nu implicava outra proposição: ele deveria estar vestindo alguma roupa. Mas de que tipo? Não é preciso mais que o senso comum de um leigo para observar, a despeito do ceticismo historiográfico em moda, que as ciências sociais e a própria história precisam de “uma história que poderia explicar os modos pelos quais o sistema social do mundo moderno passou a existir, e que se esforçaria em dar sentido analítico a todas as sociedades, inclusive a nossa”. É preciso um esforço considerável por parte de um sofisticado intelecto, grande lucidez de espírito, para não falar de um bocado de leitura e coragem, para esboçar as formas em que tal história poderia ser construída, tomando como exemplo todo o desenvolvimento mundial desde o ano de 1400 aproximadamente. O novo livro de Eric Wolf não se dispõe a fazer menos que isso.

Wolf é extraordinariamente bem qualificado para a missão. Ao contrário da maioria dos antropólogos anglo-americanos, não é tão conhecido por “sua” tribo ou região, quanto por seu objeto: a população na agricultura. Seu livro sobre *Camponeses* (1966) talvez seja a melhor introdução ao assunto, e ele é conhecido de um público mais amplo por um estudo sobre o elemento camponês nas revoluções de nosso tempo, *Peasant Wars of the Twentieth Century* [Guerras camponesas do século XX]. Publicou trabalhos não só sobre sua própria área de estudo, a América Central hispânica, sobre grandes propriedades rurais, fazendas e camponeses, mas também sobre as origens